


DISCRIMINAÇÃO RACIAL: PERCEPÇÕES E ATITUDES DE ESTUDANTES DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

 <https://doi.org/10.56238/arev7n4-047>

Data de submissão: 06/03/2025

Data de publicação: 06/04/2025

Eliany Nazaré Oliveira

Doutora em Enfermagem

Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA

E-mail: elianyy@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6408-7243>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9795597292263465>

Patrícia Silva Pereira

Discente do Curso de Enfermagem

Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA

E-mail: enfer.patriciasilvapereira@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3209-530X>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3749840794387085>

Paulo César de Almeida

Doutor em Saúde Pública

Universidade Estadual do Ceará - UECE

E-mail: pc2015almeida@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2867-802X>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0684792466689450>

Maristela Inês Osawa Vasconcelos

Doutora em Enfermagem

Universidade Estadual Vale do Acaraú

E-mail: miosawa@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1937-8850>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5537817532828798>

Heliandra Linhares Aragão

Doutoranda em Saúde da Família/RENASF -UVA

Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA

E-mail: heliandrabj@gmail.com

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-6881-7250>

Lorennna Saraiva Viana

Doutoranda em Saúde da Família/RENASF -UVA

Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA

E-mail: lorennasaraiva0@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1496-5164>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2106178059004991>

Gleisson Ferrera Lima

Mestrando do Mestrado Acadêmico em Saúde da Família – UFC

Universidade Federal do Ceará – UFC

E-mail: gleisso_nega@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5465-2675>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1908383412940271>

Ana Beatriz dos Santos Costa

Discente do Curso de Enfermagem

Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA

E-mail: anabeatrizmasso@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3816-0099>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2532847634267182>

João Walyson de Paula Cordeiro

Discente do Curso de Enfermagem

Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA

E-mail: joaowalysondepaula@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2251-7177>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8148920054662946>

RESUMO

Os impactos do racismo em contextos como o ambiente escolar, mercado de trabalho e sistema prisional afetam significativamente os jovens negros. Dentro dessa perspectiva, o presente artigo tem como objetivo analisar as experiências de discriminação racial vivenciadas por estudantes de cinco instituições de ensino superior no Estado do Ceará. O estudo integra uma pesquisa mais ampla intitulada “Discriminação Racial e Saúde Mental nas Universidades”, caracterizando-se como uma pesquisa exploratória, descritiva e transversal, com abordagem quantitativa. A pesquisa foi realizada com estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação em cinco instituições de ensino superior do Ceará, resultando em uma amostra final de 829 estudantes. O instrumento utilizado foi a "Escala de Discriminação Racial". Os resultados demonstram uma diferença significativa na resposta ao tratamento injusto ($p = 0,016$), com a maioria dos estudantes tentando reagir à discriminação racial, especialmente os da FIED, com 82,9%. Em relação à preocupação com a injustiça racial no último ano, os estudantes da UVA e da FIED apresentaram os maiores índices, com 73,9% e 73,2%, respectivamente. Quanto à experiência de ter sofrido discriminação racial, os estudantes da UVA e da F5 estiveram à frente das demais instituições, com 34,3% e 30%, respectivamente. Foi constatado que enquanto a maioria dos estudantes da FIED 82,9% e da UVA 77,4% tende a adotar uma postura ativa, tentando reagir ao tratamento injusto, uma proporção considerável de alunos da FLF 42,6% tem a tendência de aceitar essa discriminação como um fato da vida. Esses resultados indicam que existem diferenças na forma como os estudantes percebem e reagem à discriminação racial nas instituições analisadas. Enquanto alguns adotam posturas ativas de enfrentamento, outros tendem a aceitar a discriminação como algo inevitável, refletindo diferentes abordagens frente ao racismo. A preocupação com a injustiça racial é mais pronunciada em algumas instituições, sugerindo que fatores culturais e contextuais desempenham um papel importante na formação dessas percepções.

Palavras-chave: Discriminação Racial. Estudantes do Ensino Superior. Racismo Cotidiano.

1 INTRODUÇÃO

A maior parte da população brasileira se autodeclara negra, o que abrange pretos e pardos, conforme critérios de cor e raça definidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No entanto, a predominância geográfica não condiz com uma realidade marcada ainda pelos traços do racismo, sendo este apontado como um dos principais responsáveis por episódios recorrentes de violência, exclusão social e discriminação que ainda afetam significativamente a população negra no país (Eugênio e Lima, 2020; Oliveira et al., 2021).

Os impactos do racismo em diversos contextos, como o ambiente escolar, o mercado de trabalho e o sistema prisional são nítidos e persistentes entre os jovens negros. Além disso, essa parcela da população é frequentemente exposta a múltiplas formas de violência, incluindo agressões verbais, morais, físicas e psicológicas, compondo um cenário de desigualdades estruturais e exclusão sistemática (Oliveira et al., 2021). Essa realidade reflete a manifestação do racismo por meio da discriminação racial, caracterizada por ações, atitudes ou comportamentos que têm como alvo indivíduos ou grupos em função da cor da pele (Almeida, 2018).

Tais práticas não apenas reforçam as desigualdades históricas, mas também perpetuam as estruturas sociais excludentes que mantêm o racismo como um problema estrutural e institucionalizado (Almeida, 2018). Nesse contexto, o racismo pode ser compreendido como um elemento central na estruturação de um sistema de dominação social, que se fundamenta na identificação de diferenças entre as pessoas. Esse sistema estabelece escalas de valores e hierarquias, nos quais determinados grupos são posicionados como superiores enquanto outros são considerados inferiores, condicionados a características como perversidade, ignorância e feiura (Cuevas-Calderón e Vargas, 2023).

Dados do Conselho Nacional de Saúde, em 2023, destacam o racismo como um determinante social significativo da saúde, evidenciando a vulnerabilidade da população negra no acesso a políticas públicas. Um exemplo claro dessa desigualdade é observada nas causas de morte que impactam desproporcionalmente a população negra, como no caso da COVID-19, que foi uma das principais causas de morte materna no Brasil em 2020. Nesse contexto, 63,4% dos óbitos maternos registrados naquele ano ocorreram entre mulheres pretas e pardas (Brasil, 2023).

Além disso, a multimorbidade, caracterizada pela presença simultânea de duas ou mais condições crônicas, apresenta maior prevalência, precocidade e progressão acelerada em populações historicamente discriminadas (Oliveira, 2023). Dessa forma, reafirma-se que o racismo e a discriminação racial funcionam como determinantes sociais da saúde, acumulando-se ao longo da vida e aumentando a vulnerabilidade desses grupos a desfechos adversos (Almeida, 2018).

Essa dinâmica de desvantagens estruturais não se limita apenas à saúde, mas se reflete em outras esferas da sociedade. O poder, historicamente exercido pelas elites dominantes para perpetuar privilégios a um grupo seletivo, predominantemente branco, mantém a desigualdade racial como um pilar fundamental para a exclusão social e a continuidade do domínio das elites, que, apesar de suas transformações ao longo do tempo, continuam a sustentar essa estrutura (Brasil et al., 2024).

Nesse contexto, este estudo se torna relevante ao abordar as experiências de discriminação racial vividas por estudantes universitários, tanto no ambiente acadêmico quanto em suas interações sociais fora das instituições. Assim, o objetivo deste artigo é analisar as experiências de discriminação racial vivenciadas por estudantes de cinco instituições de ensino superior no Estado do Ceará.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um recorte de uma pesquisa mais ampla intitulada “Discriminação Racial e Saúde Mental nas Universidades”, caracterizando-se como uma pesquisa exploratória, descritiva e transversal, com abordagem quantitativa. Os estudos transversais são definidos pela análise simultânea da exposição a um fator ou causa e sua associação com o efeito em um grupo de indivíduos, dentro de um mesmo período. Esse tipo de estudo permite gerar dados sobre a prevalência ou frequência de doenças e fatores de risco em um momento específico, além de possibilitar a análise das relações entre a variável desfecho e as covariáveis (Polit e Beck, 2019).

O estudo foi realizado com estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação em cinco instituições de ensino superior localizadas no estado do Ceará. As instituições contempladas foram: Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Universidade Federal do Ceará (UFC), Faculdade Luciano Feijão (FLF), Faculdade 05 de Julho (F5) e a Faculdade IEducare (FIED). Os critérios de inclusão exigiram idade mínima de 18 anos e preenchimento completo do instrumento de coleta de dados.

A coleta de dados ocorreu entre setembro de 2023 e janeiro de 2024, por meio de um formulário online e do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), enviados por e-mail aos participantes. Também foram adotadas abordagens presenciais em espaços comuns das instituições, como áreas recreativas e salas de aula, restaurante universitário, além de interações individuais. Essa estratégia permitiu ampliar a participação, resultando em uma amostra final significativa de 829 participantes.

O instrumento utilizado foi a "Escala de Discriminação Racial", que mensura experiências discriminatórias com base em etnia, raça ou cor da pele. Originalmente publicada em 1990 no estudo Coronary Artery Risk Development in Young Adults, foi posteriormente reformulada e revalidada

para a população norte-americana (Krieger, 1999). A escala abrange cinco dimensões: resposta a tratamento injusto, discriminação, preocupação, questões globais e queixa apresentada. A validade e confiabilidade do instrumento são comprovadas por sua forte correlação com outras escalas que avaliam experiências de discriminação (Fattore, et al., 2018).

É importante destacar que o estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), em conformidade com as diretrizes éticas para pesquisas com seres humanos, conforme Parecer nº 6.279.258.

3 RESULTADOS

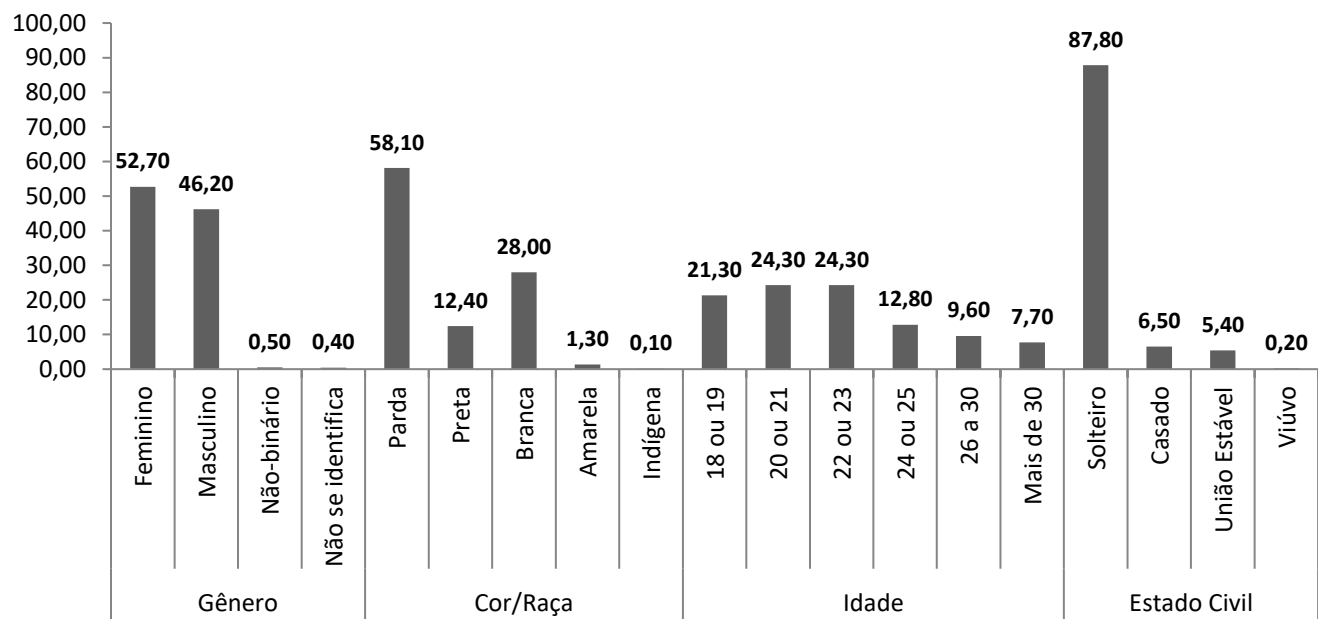
Os dados sociodemográficos da pesquisa (Gráfico 1) indicaram uma predominância de participantes do gênero feminino, com 52,7%, seguidos pelo masculino, com 46,2%. Uma pequena parcela se identificou como não-binária, 0,5%, ou optou por não informar seu gênero, 0,4%.

Quanto à cor/raça, a maioria dos participantes se autodeclarou parda, 58,1%, seguida por branca, 28,0%, e preta, 12,4%, enquanto as categorias amarela, 1,3%, e indígena, 0,1%, tiveram menor representatividade.

A análise da faixa etária revelou um perfil majoritariamente jovem, com 69,9% dos participantes entre 18 e 23 anos. Desses, 21,3% tinham entre 18 e 19 anos, 24,3% entre 20 e 21 anos e outros 24,3% entre 22 e 23 anos. Faixas etárias mais elevadas foram menos representativas, com 12,8% entre 24 e 25 anos, 9,6% entre 26 e 30 anos e 7,7% com mais de 30 anos.

Quanto ao estado civil, a grande maioria dos participantes era solteira (87,8%), enquanto 6,5% eram casados e 5,4% viviam em união estável. Apenas 0,2% dos respondentes se identificaram como viúvos.

Gráfico 1. Distribuição dos dados sociodemográficos dos estudantes universitários, Ceará, 2024.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

A Tabela 1 mostra variações significativas nas respostas dos participantes sobre a percepção de tratamento injusto, com diferenças notáveis entre as instituições de ensino superior (IES). A maioria dos participantes afirmou adotar ações ativas diante dessas situações, com percentuais que variam de 82,9% na FIED a 57,4% na FLF, uma diferença estatisticamente significativa ($p = 0,016$).

Além disso, observou-se que o compartilhamento de experiências de discriminação foi mais frequente entre os participantes da UVA (77,4%) e da FLF (66,7%), sugerindo diferentes estratégias de enfrentamento e busca por apoio entre as instituições.

Tabela 1. Relação entre os itens da Escala de Experiências de Discriminação com a Instituição de Ensino Superior, 2024.

RESPOSTA A TRATAMENTO INJUSTO												
	UVA		UFC		F5		FIED		FLF		X ² ₄	p
	(N=574)		(N=140)		(N=20)		(N=41)		(N=54)			
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%		
I) Se você sente que está sendo tratado injustamente, você geralmente:											12,164	* 0,016
a) Aceita isto como um fato da vida	130	22,6	37	26,4	5	25,0	7	17,1	23	42,6		
b) Tenta fazer alguma coisa contra isto	444	77,4	103	73,6	15	75,0	34	82,9	31	57,4		
II) Se você está sendo tratado injustamente, você geralmente:											3,289	0,511
a) Fala com outras pessoas sobre isto	444	77,4	107	76,4	16	80,0	31	75,6	36	66,7		
b) Guarda isto consigo mesmo	130	22,6	33	23,6	4	20,0	10	24,4	18	33,3		

DISCRIMINAÇÃO

	UVA (N=570)		UFC (N=140)		F5 (N=20)		FIED (N=41)		FLF (N=54)		X ² ₄	p
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%		
... sofreu a experiência de discriminação, ... por causa da sua raça, etnia ou cor?											12,589	* 0,013
Não	377	65,7	101	72,1	1 4	70,0	31	75,6	47	87,0		
Sim	197	34,3	39	27,9	6	30,0	10	24,4	7	13,0		
a) Na escola											9,635	* 0,047
baixa exposição	376	66,0	103	73,6	1 2	60,0	29	70,7	45	83,3		
alta exposição	194	34,0	37	26,4	8	40,0	12	29,3	9	16,7		
b) Ao procurar emprego											4,967	0,291
baixa exposição	498	87,4	125	89,3	1 7	85,0	38	92,7	52	96,3		
alta exposição	72	12,6	15	10,7	3	15,0	3	7,3	2	3,7		
c) No trabalho											11,257	* 0,024
baixa exposição	492	86,3	130	92,9	1 9	95,0	37	90,2	53	98,1		
alta exposição	78	13,7	10	7,1	1	5,0	4	9,8	1	1,9		
d) Ao comprar uma casa											1,073	0,898
baixa exposição	553	97,0	135	96,4	2 0	100, 0	40	97,6	53	98,1		
alta exposição	17	3,0	5	3,6	0	0,0	1	2,4	1	1,9		
e) Procurando cuidados médicos											5,294	0,258
baixa exposição	519	91,1	129	92,1	2 0	100, 0	37	90,2	53	98,1		
alta exposição	51	8,9	11	7,9	0	0,0	4	9,8	1	1,9		
f) Solicitando serviço em loja ou restaurante											6,622	0,157
baixa exposição	452	79,3	117	83,6	1 5	75,0	37	90,2	48	88,9		
alta exposição	118	20,7	23	16,4	5	25,0	4	9,8	6	11,1		
g) Ao pedir crédito ou empréstimo bancário											3,943	0,414
baixa exposição	544	95,4	138	98,6	1 9	95,0	40	97,6	53	98,1		
alta exposição	26	4,6	2	1,4	1	5,0	1	2,4	1	1,9		
h) Na rua ou em estabelecimento público											15,606	** 0,004
baixa exposição	416	73,0	110	78,6	1 7	85,0	36	87,8	50	92,6		
alta exposição	154	27,0	30	21,4	3	15,0	5	12,2	4	7,4		
i) Pela Polícia ou no Fórum											5,974	0,201
baixa exposição	514	90,2	131	93,6	1 9	95,0	40	97,6	52	96,3		
alta exposição	56	9,8	9	6,4	1	5,0	1	2,4	2	3,7		

PREOCUPAÇÃO

	UVA (N=574)		UFC (N=140)		F5 (N=20)		FIED (N=41)		FLF (N=54)		X ² ₄	p
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%		
a) Quando você era criança ou adolescente (menor de 18 anos), você se preocupava com as pessoas do seu grupo racial por serem tratadas											31,658	*** 0,000

injustamente por causa da raça ou cor da pele?											
baixa exposição	184	32,1	80	57,1	8	40,0	12	29,3	21	38,9	
alta exposição	390	67,9	60	42,9	12	60,0	29	70,7	33	61,1	
b) No último ano, você se preocupou com as pessoas do seu grupo racial por serem tratadas injustamente por causa da raça ou cor da pele?										15,311	** 0,004
baixa exposição	150	26,1	56	40,0	7	35,0	11	26,8	23	42,6	
alta exposição	424	73,9	84	60,0	13	65,0	30	73,2	31	57,4	
c) No último ano, você se preocupou com experiências de tratamento injusto por causa da sua raça ou cor da sua pele?										9,598	* 0,048
baixa exposição	233	40,6	74	52,9	11	55,0	17	41,5	28	51,9	
alta exposição	341	59,4	66	47,1	9	45,0	24	58,5	26	48,1	

QUEIXA APRESENTADA											
	UVA (N=574)		UFC (N=140)		F5 (N=20)		FIED (N=41)		FLF (N=54)		
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Alguma vez você prestou queixa por causa de discriminação racial?											X ² ₄
Não	564	98,3	138	98,6	20	100,0	41	100,0	52	96,3	0,656
Sim	10	1,7	2	1,4	0	0,0	0	0,0	2	3,7	

* p<0,05 ** p<0,01 *** p<0,001

Fonte: Elaborada pelos autores, 2024.

A Tabela 2 apresenta a relação entre as questões globais da Escala de Experiências de Discriminação e as Instituições de Ensino Superior (IES), destacando as médias (M) e os desvios-padrão (DP) das respostas dos participantes. A percepção de discriminação contra pessoas não brancas (Questão A) teve a maior média na UFC (M = 3,40; DP = 0,90) e a menor na FLF (M = 2,98; DP = 1,16). No entanto, as diferenças entre as instituições não foram estatisticamente significativas (p = 0,078). Embora essa diferença não seja estatisticamente relevante, as variações nas médias sugerem que a percepção da discriminação pode variar entre os contextos institucionais, sendo influenciada por fatores culturais e estruturais específicos de cada IES.

Por outro lado, a percepção de discriminação pessoal (Questão B) apresentou diferenças estatisticamente significativas entre as instituições (p = 0,043), com a maior média na UVA (M = 1,88; DP = 0,97) e a menor na FIED (M = 1,51; DP = 0,84). Esse resultado indica que, ao contrário da percepção de discriminação contra grupos, as experiências individuais de discriminação são mais

influenciadas pelo ambiente institucional, refletindo tanto o nível de conscientização dos estudantes quanto a presença de mecanismos que facilitam o reconhecimento e o relato dessas situações.

Tabela 2. Relação entre as Questões Globais da Escala de Experiências de Discriminação com a Instituição de Ensino Superior, 2024.

QUESTÕES GLOBAIS												
	UVA		UFC		F5		FIED		FLF		F	p
	(N=574)		(N=140)		(N=20)		(N=41)		(N=54)			
	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP		
a) Com que frequência você sente que pessoas que não são brancas são discriminadas?	3,28	0,97	3,40	0,90	3,15	0,75	3,15	0,96	2,98	1,16	2,104	0,078
b) Com que frequência você sente que você pessoalmente tem sido discriminado por causa da sua raça ou cor? ^{PH}	1,88	0,97	1,71	0,94	1,80	1,06	1,51	0,84	1,65	0,99	2,474	* 0,043

^{PH} – testes PostHoc: UVA > FIED

* p<0,05 ** p<0,01 *** p<0,001

Fonte: Elaborada pelos autores, 2024.

A Tabela 3 apresenta as médias (M) e os desvios-padrão (DP) das dimensões da Escala de Experiências de Discriminação nas Instituições de Ensino Superior (IES), destacando diferenças estatisticamente significativas entre as instituições analisadas.

Na Dimensão 1, que avalia a frequência das experiências de discriminação vivenciadas, a UVA apresentou a maior média (M = 14,9; DP = 22,6), enquanto a FLF teve a menor (M = 5,6; DP = 14,6). A análise estatística indicou uma diferença significativa entre as instituições (p = 0,014), sugerindo que o ambiente institucional pode influenciar tanto a ocorrência quanto a percepção dessas experiências.

Na Dimensão 2, que aborda as preocupações com a discriminação, as maiores médias foram observadas na FIED (M = 67,5; DP = 42,5) e na UVA (M = 67,1; DP = 39,6), indicando uma maior apreensão dos estudantes dessas instituições em relação à discriminação. Em contraste, a UFC apresentou a menor média (M = 50,0; DP = 41,3), sugerindo um nível mais baixo de preocupação entre seus estudantes. O alto desvio-padrão na UFC reflete a grande variabilidade nas percepções individuais, mostrando que a experiência da discriminação não é uniforme entre os alunos dessa instituição. A diferença entre as instituições nesta dimensão foi altamente significativa (p < 0,001), evidenciando o impacto do contexto institucional na forma como essas preocupações são vivenciadas.

Os resultados mostram que, além da frequência da discriminação, seus impactos emocionais e psicossociais variam consideravelmente entre as IES. A UVA, por exemplo, apresentou médias significativamente mais altas tanto na Dimensão 1 (experiências de discriminação) quanto na Dimensão 2 (preocupações com a discriminação), quando comparada à FLF (p = 0,014) e à UFC (p < 0,001), respectivamente. Esse padrão sugere que fatores institucionais, históricos e socioculturais

podem influenciar diretamente a forma como os estudantes vivenciam e interpretam a discriminação no contexto acadêmico.

Tabela 3. Relação entre as Dimensões da Escala de Experiências de Discriminação com a Instituição de Ensino Superior, 2024.

	UVA (N=574)		UFC (N=140)		F5 (N=20)		FIED (N=41)		FLF (N=54)		F	p
	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP		
Dimensão 1. Discriminação ^{PH}	14,9	22,6	11,3	21,4	12,2	19,0	9,5	19,7	5,6	14,6	3,146	* 0,014
Dimensão 2. Preocupação ^{PH}	67,1	39,6	50,0	41,3	56,7	34,4	67,5	42,5	55,6	43,4	5,859	*** 0,000

Dimensão 1^{PH} – testes PostHoc: UVA > FLF Dimensão 2^{PH} – testes PostHoc: UVA > UFC * p<0,05 ** p<0,01 *** p<0,001

Fonte: Elaborada pelos autores, 2024.

4 DISCUSSÃO

A análise de gênero dos participantes (Gráfico 1) revelou uma maior participação de pessoas do sexo feminino, que corresponderam a 52,5% do total. Essa predominância feminina segue um padrão observado em estudos semelhantes, como o de “Racismo e Construção da Carreira: Estratégias de Enfrentamento Adotadas por Universitários Negros”, no qual, entre os 27 graduandos autodeclarados negros entrevistados, 16 eram do gênero feminino e 11 do gênero masculino (Benedito; Fernandes, 2020).

Esses resultados também corroboram os dados de Oliveira et al. (2022), que identificaram que 71,4% dos participantes de sua pesquisa eram mulheres, evidenciando a tendência de maior adesão feminina em estudos quantitativos e qualitativos, especialmente em contextos que abordam questões sociais e identitárias.

No que se refere à cor/raça, os resultados indicaram uma significativa diversidade étnica entre os participantes, refletindo a composição racial da população brasileira. A implementação das ações afirmativas em 2005 impulsionou um aumento progressivo na admissão de estudantes por meio de cotas, considerando critérios como renda, raça e deficiência. Esse avanço demonstra a efetividade das políticas de inclusão no acesso ao ensino superior para grupos historicamente marginalizados. Em 2015, a proporção de ingressantes por cotas atingiu 42,5%, estabilizando-se entre 48% e 49% no período de 2016 a 2018 (Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – FONAPRACE, 2019).

Em relação à faixa etária, os dados deste estudo dialogam com pesquisas anteriores sobre trabalho e educação, intitulada como “*Trabalho análogo ao de escravo e racismo estrutural: um retrato dos resgates de trabalhadores baianos*”, que identificou uma predominância de jovens entre

18 e 24 anos entre os trabalhadores resgatados de condições análogas à escravidão na Bahia, tanto do sexo masculino quanto do feminino (Lima, 2023).

No que tange ao estado civil, os resultados deste estudo divergem dos achados de uma pesquisa realizada em 2019 sobre a percepção do racismo no ensino superior. Nesse estudo, a maioria dos participantes eram casados (56%), enquanto solteiros e indivíduos em união estável representavam 18% cada, e os divorciados correspondiam a 8% (Jardim, Júnior, Schott, 2022). Essa discrepância pode estar associada ao perfil da amostra, uma vez que a presente pesquisa se concentra predominantemente em estudantes universitários, enquanto o estudo de 2019 teve como foco docentes universitários.

As variações nas respostas dos participantes apresentadas na Tabela 1 refletem diferentes formas de reação às situações discriminatórias, evidenciando uma tendência predominante de resistência e enfrentamento. Esses comportamentos estão diretamente relacionados à histórica luta contra a opressão, reforçando a compreensão de que o racismo no Brasil é um fenômeno dinâmico e em constante transformação. Nesse contexto, a população negra é particularmente impactada, uma vez que práticas discriminatórias frequentemente silenciam aqueles que buscam denunciá-las (Jesus, Silva e Nascimento, 2020).

O compartilhamento de experiências de tratamento injusto, identificado como uma característica marcante entre os estudantes, evidencia a busca por apoio social e coletivo. Esse comportamento remonta às tradições históricas de resistência, como aquelas praticadas nos quilombos, que, desde o período colonial, funcionaram como espaços de denúncia e enfrentamento da opressão (Oliveira et al., 2024). Nesse sentido, a troca de vivências e o apoio mútuo tornam-se práticas essenciais na luta contra as desigualdades raciais e estruturais. Contudo, é fundamental reconhecer que a discriminação frequentemente se manifesta de forma sutil e inconsciente, ocorrendo quando o agressor não tem plena consciência do impacto de suas ações sobre as vítimas (Pereira, 2018).

Os dados analisados revelam uma maior incidência de discriminação racial entre os participantes da UVA (34,3%) em comparação com a FLF (13,0%), com diferença estatisticamente significativa ($p = 0,013$). No ambiente escolar, a exposição à discriminação foi mais frequente entre os estudantes da F5 (40,0%) e menos recorrente na FLF (16,7%), também com significância estatística ($p = 0,047$). Esses achados reforçam a importância do papel educativo desempenhado pelo movimento negro brasileiro, cuja atuação vai além da luta pelo acesso à educação, abrangendo também o enfrentamento das desigualdades raciais dentro das instituições de ensino (Oliveira et al., 2024).

Historicamente, a universalização da escola pública no Brasil ocorreu de forma gradual, uma vez que, em sua origem, o ensino era destinado majoritariamente às classes média e alta (Ribeiro e

Gaia, 2021). Esse processo de exclusão estrutural reflete a persistência da colonialidade no sistema educacional, em que o racismo e as desigualdades raciais são frequentemente naturalizados e pouco problematizados, dificultando a compreensão de suas raízes históricas e estruturais (Gomes, 2021).

A pesquisa de Oliveira et al. (2024) evidencia a gravidade da discriminação racial tanto dentro quanto fora do ambiente acadêmico, apontando que 81,7% dos estudantes negros relataram ter enfrentado situações discriminatórias ao longo de sua trajetória universitária. Esses dados destacam a urgência da implementação de políticas institucionais eficazes para combater o racismo nas instituições de ensino superior.

No ambiente de trabalho (Tabela 1) a discriminação apresentou baixos índices entre os participantes do estudo, com exceção da F5, onde 5,0% relataram experiências discriminatórias, em contraste com 1,9% na FLF, diferença estatisticamente significativa ($p = 0,024$).

Para Ribeiro e Gaia (2021) no caso da população negra, essa desigualdade não se restringe apenas aos fatores socioeconômicos, como a necessidade de ingresso precoce no mercado de trabalho, mas também está relacionada a aspectos internos do sistema educacional que reforçam barreiras ao acesso e à permanência em oportunidades profissionais.

Já em relação aos espaços públicos e em interações com a polícia (Tabela 1), a incidência de discriminação foi maior entre os participantes da UVA 9,8% em comparação com a FLF 3,7%, embora essa diferença não tenha apresentado significância estatística, esse dado suscita reflexões sobre as razões que levam à recorrência do uso excessivo da força por parte das forças de segurança, especialmente contra determinadas populações.

Apesar do crescente destaque do discurso antirracista nas redes sociais, na política, na arte, na religião e em manifestações públicas, essa mobilização ainda não se traduz em mudanças estruturais significativas que impactem de forma concreta a vida, o trabalho e a segurança da população negra (Gomes, 2021). Essa realidade é ainda mais crítica para as mulheres negras, que enfrentam a interseção de discriminação racial e de gênero, permanecendo entre as trabalhadoras mais vulneráveis e precarizadas no mercado de trabalho brasileiro. Mesmo quando alcançam níveis mais elevados de escolaridade, muitas continuam ocupando postos de trabalho aquém de sua qualificação formal, o que evidencia a persistência de barreiras raciais e de gênero na inserção e progressão profissional (Santos, 2023).

Essa realidade não se limita ao contexto brasileiro, mas se insere em um padrão mais amplo de impunidade que reforça a persistência dessas práticas discriminatórias. Estudos internacionais sugerem que a impunidade pode ser um fator determinante na perpetuação dessas práticas. Em Portugal, por exemplo, a Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial registrou que,

ao longo de uma década, 75% das denúncias de racismo envolvendo agentes de segurança foram arquivadas, e a única condenação registrada foi posteriormente anulada em tribunal (Gomes, 2021). Esse cenário evidencia a dificuldade de responsabilização das forças de segurança em casos de discriminação racial, o que pode contribuir para a manutenção de abordagens desproporcionais e para a sensação de vulnerabilidade entre grupos historicamente marginalizados.

A sensibilidade institucional e social em relação ao tema é ressaltada no relatório da Subcomissão para a Igualdade e Não Discriminação, que identifica a segurança pública como uma das áreas em que a menção a práticas de racismo, xenofobia e discriminação étnico-racial encontra resistência (Assembleia da República, 2019). Simultaneamente, a Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial, em seu relatório de 2020, observa uma tendência crescente no número de queixas, totalizando 405 denúncias de discriminação. Dentre essas, 43 resultaram em processos de contraordenação e 14 envolveram forças de segurança (Canárias, 2023).

Já a análise das preocupações com a discriminação (Tabela 1), revelou que a exposição a episódios discriminatórios na infância ou adolescência foi significativamente mais frequente entre os participantes da UVA 67,9% em comparação com a UFC 42,9% ($p < 0,001$). Além disso, a preocupação com tratamento injusto no último ano foi mais prevalente na UVA 73,9% do que na FLF 57,4% ($p = 0,004$). No entanto, a formalização de queixas por discriminação racial foi rara, oscilando entre 1,7% na UVA e 3,7% na FLF ($p = 0,656$), o que sugere desafios na efetivação de denúncias.

Azevedo e Feliciano (2022) afirmam que, durante o período escolar, crianças e adolescentes negros frequentemente enfrentam diversas formas de discriminação racial por parte de colegas. Isso pode levá-los, como um mecanismo inconsciente de defesa, a rejeitar sua própria identidade racial, em razão do contexto cotidiano de desvalorização e estigmatização da negritude.

A sociologia contemporânea tem destacado a importância de compreender as desigualdades raciais na infância e adolescência, pois essas experiências influenciam diretamente as preocupações e estratégias de enfrentamento da discriminação ao longo da vida (Quiroga e Paolucci, 2022). As diferenças observadas entre as instituições de ensino superior (IES) revelam que a forma como lidam com a discriminação racial impacta diretamente a percepção e a vivência dos estudantes em relação a essa realidade.

A baixa formalização de denúncias, mesmo em instituições com maior conscientização sobre a discriminação racial, revela a persistência de barreiras institucionais e culturais. Fatores como a desconfiança na eficácia dos mecanismos institucionais, o medo de represálias e a falta de conhecimento sobre os canais formais de denúncia contribuem para essa realidade. Além disso, quando a discriminação ocorre fora do ambiente universitário, em espaços de convivência social, a

formalização da denúncia em delegacias pode ser igualmente dificultada por esses mesmos fatores, além da falta de apoio e da criminalização do racismo em algumas situações. Os resultados indicam a necessidade urgente de políticas institucionais que, além de promoverem a conscientização, fortaleçam mecanismos seguros e eficazes de denúncia, tanto dentro da universidade quanto fora dela, garantindo proteção e suporte aos estudantes (Oliveira et al., 2024).

Ademais, a dificuldade em formalizar queixas reflete não apenas obstáculos institucionais, mas também aspectos históricos e contextuais que moldam as percepções sobre a discriminação e as formas de enfrentamento adotadas (Ataíde, 2020). Dessa forma, os achados reforçam a importância de iniciativas que vão além da sensibilização, assegurando suporte institucional efetivo e mecanismos eficazes para o combate ao racismo no ambiente acadêmico e fora dele.

Os dados achados na Tabela 2, são corroborados pelo estudo de Williams e Priest (2015), que destacam o impacto direto dos fatores institucionais na maneira como os indivíduos reconhecem e interpretam suas experiências de discriminação. Enquanto a percepção da discriminação coletiva está vinculada a discursos sociais mais amplos, as vivências individuais são influenciadas pelas interações diárias e pelas particularidades de cada instituição. Dessa forma, a compreensão dos contextos institucionais torna-se essencial para a formulação de estratégias eficazes de enfrentamento da discriminação, contribuindo para a construção de ambientes acadêmicos mais sensíveis à diversidade.

A análise das respostas à primeira questão global (Tabela 2), revela que, embora a percepção de discriminação racial esteja presente em todas as instituições, sua intensidade varia conforme o contexto sociocultural e as políticas institucionais vigentes (Fialla et al., 2022). A UFC registrou a maior média de percepção de discriminação, seguida pela UVA, enquanto a FLF obteve a menor pontuação. Embora não haja significância estatística ($p = 0,078$), esse padrão sugere que as experiências coletivas de discriminação podem ser moduladas por fatores culturais e estruturais específicos de cada IES.

Por outro lado, a segunda questão (Tabela 2), que abordou a discriminação vivenciada pessoalmente, revelou diferenças significativas ($p = 0,043$), com os estudantes da UVA relatando uma frequência significativamente maior de experiências pessoais de discriminação racial, em comparação com os da FIED. Esse resultado pode estar relacionado à maior diversidade racial na UVA, o que, paradoxalmente, pode expor estudantes negros a mais situações de discriminação em um ambiente predominantemente branco, conforme apontado por Ribeiro e Mendes (2023). Além disso, a naturalização do racismo nas IES contribui para a perpetuação dessas experiências, que muitas vezes são tratadas como questões individuais, em vez de estruturais (Oliveira et al., 2024).

Os resultados referentes a Tabela 3 ressaltam a importância de aprofundar as análises sobre o impacto do racismo no ambiente universitário e a eficácia das políticas institucionais de inclusão. A sensação persistente de julgamento vivenciada por estudantes negros, conforme discutido por Fanon (2020), pode ter implicações significativas para a permanência e o desempenho acadêmico desses estudantes. Portanto, é essencial que o IES não apenas amplie o acesso, mas também adotem ações concretas para a construção de ambientes menos desafiadores e mais acolhedores para os estudantes vítimas de estereótipos raciais.

Estudos como de Atapide (2020) e Leão e Lando (2024) corroboram essa interpretação, uma vez que, apontam que jovens negros enfrentam desafios específicos no ensino superior, sendo a discriminação racial um fator determinante para sua permanência e desempenho acadêmico. Além disso, a adaptação universitária desses estudantes tende a ser dificultada pela ausência de políticas institucionais eficazes que combatam as desigualdades raciais (Guerra et al., 2024). No caso da UVA, os altos índices de discriminação e preocupação podem estar associados a fatores geográficos e socioeconômicos, que intensificam desigualdades estruturais e tornam o ambiente acadêmico mais hostil para determinados grupos.

Assim, os resultados do estudo reforçam a necessidade urgente de intervenções institucionais que promovam ambientes acadêmicos mais inclusivos e seguros para estudantes negros. Como defendem Fialla et al. (2022), um ensino superior verdadeiramente antirracista exige políticas estruturantes que, além de reconhecerem a discriminação racial, atuem de maneira efetiva para mitigar seus impactos na trajetória acadêmica desses estudantes. Nesse sentido, medidas institucionais focadas no acolhimento, na representatividade e no suporte psicossocial são essenciais para superar barreiras e promover maior equidade no ensino superior.

Além disso, Oliveira et al. (2025) destacam que o combate ao racismo é uma responsabilidade coletiva, que deve envolver o engajamento ativo da sociedade, especialmente das pessoas brancas, no apoio a causas antirracistas. Isso inclui a promoção do letramento racial, essencial para confrontar as formas veladas de racismo ainda presentes no Brasil, bem como a construção de uma rede de apoio mais robusta e solidária.

5 CONCLUSÃO

As práticas discriminatórias no contexto universitário evidenciam um padrão estrutural que perpetua a marginalização de estudantes negros, comprometendo tanto o acesso a uma educação de qualidade quanto o pleno exercício da cidadania acadêmica. Nesse sentido, considerando a função das universidades enquanto espaços de produção de conhecimento e promoção da inclusão social, torna-

se imprescindível a implementação de medidas estruturais mais incisivas que garantam a equidade racial. Tal abordagem demanda não apenas o fortalecimento de ações afirmativas, mas também a criação de ambientes acadêmicos genuinamente inclusivos, que promovam a igualdade de oportunidades e a valorização da diversidade.

Assim, este estudo contribui para a discussão ao evidenciar as diferentes realidades institucionais e geográficas, destacando a urgência de políticas mais eficazes para o enfrentamento da discriminação racial. Além disso, incentiva a formalização de denúncias e a adoção de ações concretas para mitigar essas desigualdades nas Instituições de Ensino Superior (IES). Dessa forma, pode subsidiar a implementação de programas de formação sobre diversidade racial, o desenvolvimento de políticas de combate ao racismo institucional e o fortalecimento de redes de apoio para estudantes racializados.

Para futuras pesquisas, ressalta-se a importância de aprofundar a investigação sobre práticas pedagógicas que promovam a descolonização do currículo e a inclusão efetiva da perspectiva racial no ensino superior. Nesse sentido, destaca-se o papel fundamental de pesquisadores, tanto negros quanto não negros, no enfrentamento do racismo epistêmico, contribuindo para a construção de um conhecimento mais plural e representativo.

Diante do exposto, conclui-se que a discriminação racial nas universidades não constitui um fenômeno isolado, mas sim uma manifestação das desigualdades sociais mais amplas, que exige esforços contínuos e integrados para sua superação. O enfrentamento dessa questão deve ocupar um lugar central nas agendas acadêmicas, políticas e sociais, visando garantir que todas as pessoas, independentemente de sua raça ou etnia, possam exercer plenamente o direito à educação com dignidade, respeito e igualdade.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) e à FUNCAP pelo apoio por meio do Programa de Produtividade em Pesquisa, Estímulo à Interiorização e à Inovação Tecnológica (BPI).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S.L. de. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ATAÍDE, M.A. Do preconceito ao estigma: a difícil inclusão das juventude(s) negras no ambiente escolar no século XXI. *Rev Lumen*, v.5, n.9, 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.unifai.edu.br/index.php/lumen/article/download/102/177/635>. Acesso em: 07 jan. 2025.

AZEVEDO, C. B.; FELICIANO, L. Vivências e atuação profissional de professoras negras na esfera das relações étnico-raciais. *Revista Fórum Identidades*, v. 36, n.1, p. 43-59, 2022. Disponível em: https://www.academia.edu/98760949/Viv%C3%AAsncias_e_Atua%C3%A7%C3%A3o_Profissional_De_Professoras_Negras_Na_Esfera_Das_Rela%C3%A7%C3%B5es_%C3%89tnico_Raciais. Acesso em: 07 fev. 2025.

BENEDITO, M. S.; Fernandes, M. I. A. Psicologia e racismo: As heranças da clínica psicológica. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 40, p. 1-16, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/6qtXvXGFnYmBfNwzhGSwjRM>. Acesso em: 25 mar 2025.

BRASIL, A. C; et al. A sociogênese do racismo e as relações étnico-raciais na escola: uma visão crítica. *ARACÊ*, v. 6, n. 2, p. 3640–3659, 2024. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/1011>. Acesso em: 30 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Saúde. Boletim epidemiológico sistematiza de forma inédita dados de saúde da população negra. Brasília, DF: Conselho Nacional de Saúde, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/outubro/boletim-epidemiologico-sistematiza-de-forma-inedita-dados-de-saude-da-populacao-negra>. Acesso em: 05 jan. 2025.

CUEVAS-CALDERÓN, E.; VILLAFUERTE, J.V. Do cholo para el chamo: um estudo sobre a discriminação racial em Gamarra (Lima, Peru). *Rev Temas Linguist*, v.24, n.3, p.1-19, 2023. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tl/article/view/15761>. Acesso em: 05 jan. 2025.

FANON. F. *Pele negra, máscaras brancas*. São Paulo: Ubu; 2020.

FATTORE, G.L.; et al. Personal-level and group-level discrimination and mental health: the role of skin color. *J Racial Ethn Health Disparities*, v.5, n.5, p.1033-1041, 2018. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29270840/>. Acesso em: 06 jan. 2025.

FIALLA, M.R.P.; et al. As violências na percepção de jovens universitários. *Acta Paul Enferm*, n.35, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/apc/a/bxttQxpMhdwBj3QGwBmKzYn/>. Acesso em: 10 jan. 2025.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS (FONAPRACE). V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) da IFESANDIFES. Brasília: ANDIFES, 2019. Disponível em: <http://www.fonaprace.andifes.org.br/site/wp-content/uploads/2019/06/V-Pesquisa-do-Perfil-Socioecono%CC%82mico-dos-Estudantes-de-Graduac%CC%A7a%CC%83o-das-U.pdf>. Acesso em: 25 mar 2025.

GOMES, B. da M. A discriminação racial no acesso à justiça. Orientadora: Professora Doutora Catarina Santos Botelho. 2021. 49f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Direito | Escola do Porto, Porto, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/33709/1/202666328.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2025.

GOMES, N.L. O combate ao racismo e a descolonização das práticas educativas e acadêmicas. Revista de Filosofia Aurora, v. 33, n. 59, 2021. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/aurora/article/view/27991>. Acesso em: 07 fev. 2025.

GUERRA, N.E.M.; et al. O racismo institucional na universidade e consequências na vida de estudantes negros: um estudo misto. Ciênc Saúde Coletiva, v.29, n.3, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/Qf3DZqBwNqYcy9V3bZS5hKq/>. Acesso em: 10 jan. 2025.

JARDIM, R.; JÚNIOR, M. G.O.; SCHOTT, M. Percepção de racismo no ensino superior em saúde na perspectiva docente. Rev. Bras. Polit. Adm. Educ., v. 38, n. 1, p 113350, 2022. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbpae/v38n1/1678-166X-rbpae-38-1-e113350.pdf>. Acesso em: 30 mar 2025.

JESUS, K. V. DE; BENTO DA SILVA, L.; FERREIRA DO NASCIMENTO, R. A psicologia na construção e enfrentamento do racismo: a experiência do grupo de estudos pretos. Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas, v. 5, n. 9, p. 66-85, 2020. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/22448>. Acesso em: 06 jan. 2025.

KRIEGER N. Embodying inequality: a review of concepts, measures, and methods for studying health consequences of discrimination. Int J Health Serv., v.29, n.2, p.295-352,1999. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/10379455/>. Acesso em: 05 jan. 2025.

LEÃO, M.L.P.; LANDO, G.A. Mais um dia normal na universidade...: experiências de preconceito dentro de uma universidade pública do Brasil. Cuad Educ Desarro, v.16, n.5, p.1-18, 2024. Disponível em: <https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/4199/3274>. Acesso em: 10 jan. 2025.

LIMA, M. R. J. Trabalho análogo ao de escravo e racismo estrutural: um retrato dos resgates de trabalhadores baianos. OLIVEIRA, G.G., 2023. 47 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Faculdade de Economia, Universidade Federal da Bahia, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/38859>. Acesso em: 30 mar 2025.

MEO, L.I.M.A. Psicologia social do preconceito e do racismo, 2020.

OLIVEIRA, E. . N.; PEREIRA, P. J. de A.; ALMEIDA, P. C. de; COSTA, A. B. dos S.; LIMA, G. F.; SILVA, V. K. F. da. Características da Experiência de Discriminação Racial entre Estudantes Universitários. Revista JRG de Estudos Acadêmicos, v. 7, n. 14, p. e141007, 2024. Disponível em: <https://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/1007>. Acesso em: 06 jan. 2025.

OLIVEIRA, E. N. et al. “A cor da minha pele me define”: Experiências de Discriminação Racial sofridas por negros. Gestão e Desenvolvimento, v. 30, p. 505-523, 2022. Disponível em: <https://revistas.ucp.pt/index.php/gestaoedesenvolvimento/article/view/11664>. Acesso em: 25 mar 2025.

OLIVEIRA, E. N.; et al. “CAMINHANDO CONTRA O VENTO”: EXPERIÊNCIAS DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL ENTRE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS. ARACÊ, v. 7, n. 2, p. 6356–6375, 2025. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/3271>. Acesso em: 30 mar. 2025.

OLIVEIRA, E.N., et al. Racial discrimination of young blacks in Brazil: an integrative review. Res Soc Dev., v.10, n.14, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/22013>. Acesso em: 05 jan. 2025.

OLIVEIRA, F. E. G. Desigualdades raciais na ocorrência de multimorbidade entre adultos e idosos brasileiros: 10 anos do Estudo Longitudinal de Saúde do Adulto (ELSA-Brasil). Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Rosane Härter Griep. 2023. 246 f. Tese (Doutorado em Epidemiologia em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/58591>. Acesso em: 22 jan. 2025.

PEREIRA, T. O racismo velado. Belo Horizonte: Tribuna de Minas; 2018.

POLIT, D.F.; BECK, C.T. Fundamentos de pesquisa em enfermagem: avaliação de evidências para a prática da enfermagem. 9. ed. Porto Alegre: Artmed; 2019.

QUIROGA, F.L.; PAOLUCCI, B.A. Questões étnico-raciais e de gênero na infância e na adolescência e suas reverberações no âmbito escolar. Rev Sapiencia, 2022. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/sapiencia/article/view/12481>. Acesso em: 07 jan. 2025.

RIBEIRO, D.; GAIA, R.da S.P. Uma perspectiva decolonial sobre formação de professores e educação das relações étnico-raciais. Linhas Críticas, v. 27, p.35968, 2021 . Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/35968>. Acesso em: 07 fev. 2025.

RIBEIRO, W.S.; MENDES, M.T. Racismo estrutural e permanência de estudantes negras/os na universidade. Rev Educ Debate, v.45, n.90, 2023. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/educacaoemdebate/article/view/92685>. Acesso em: 07 jan. 2025.

SANTOS, M. F. dos. A discriminação racial quanto a mulher negra no mercado de trabalho. Orientador: Dr. José Querino Tavares Neto, 2023. 25f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) - Escola de Direito, Negócios e Comunicação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiás, 2023. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/6828>. Acesso em: 07 fev. 2025.

WILLIAMS, D. R.; PRIEST, N. Racismo e Saúde: um corpus crescente de evidência internacional. Rev. Sociologias, v.17, n.40, p.124–174, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/15174522-017004004>. Acesso em: 07 fev. 2025.